

MAPFRE Administradora de Consórcios S.A.

CNPJ 17.249.375/0001-92



A seguradora global de confiança.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - DEZEMBRO DE 2015

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Em 31 de dezembro de 2015, a Instituição administrava 4 grupos para a compra de automóveis e 4 grupos para compra de imóveis. As receitas de prestação de serviços de consórcio totalizaram R\$ 8.524 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 7.680 mil em 31 de dezembro de 2014). A Administração prevê para o próximo exercício a consolidação dos processos operacionais e a ampliação gradativa dos negócios, em razão de diversas ações comerciais em curso.

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2016

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas		Passivo	Notas	
	2015	2014		2015	2014
Circulante	22.750	30.157	Circulante	2.316	1.490
Disponível	9	58	Outras obrigações	2.316	1.490
Caixa e bancos	5	58	Fiscais e previdenciárias	288	258
Títulos e valores mobiliários	6 21.595	29.676	Diversas	8 2.028	1.232
Carteira própria	21.595	29.676	Provisão para pagamentos a efetuar	1.333	1.043
Outros créditos	1.146	423	Provisão para passivos contingentes	12	140
Diversos	7	423	Créditos diversos - País	555	189
Despesas antecipadas	1.140	423	Patrimônio líquido	9 24.701	35.600
Realizável a longo prazo	3.897	6.480	Capital social	52.000	52.000
Títulos e valores mobiliários	6 3.828	6.410	Prejuízos acumulados	(27.299)	(16.400)
Carteira própria	3.828	6.410			
Outros créditos	69	70			
Diversos	10 (f)	70			
Permanente	370	453			
Imobilizado	127	118			
Outras imobilizações	175	132			
(-) Depreciação	(49)	(14)			
Intangível	243	335			
Outros intangíveis	472	463			
(-) Amortização	(229)	(128)			
Total do ativo	27.017	37.090	Total do passivo e patrimônio líquido	27.017	37.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas		Passivo	Notas	
	2015	2014		2015	2014
Circulante	42.399	19.652	Circulante	42.399	19.652
Disponibilidades	33	4	Outras obrigações	42.399	19.652
Depósitos bancários	33	4	Obrigações com consorciados	16.308	8.447
Aplicações interfinanceiras de liquidez	17.258	8.936	Valores a repassar	462	149
Aplicações financeiras	17.258	8.936	Obrigações por contemplações a entregar	16.143	8.273
Outros créditos	25.108	10.712	Recursos a devolver a consorciados	6.825	1.790
Direitos junto a consorciados contemplados	25.108	10.712	Recursos do grupo	2.661	993
Compensação	666.631	522.798	Compensação	666.631	522.798
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	1.766	1.236	Recursos mensais a receber de consorciados	1.766	1.236
Contribuições devidas ao grupo	344.173	267.788	Obrigações do grupo por contribuições	344.173	267.788
Valor dos bens ou serviços a contemplar	320.692	253.774	Bens ou serviços a contemplar - valor	320.692	253.774
Total do ativo e contas de compensação	709.030	542.450	Total do passivo e contas de compensação	709.030	542.450

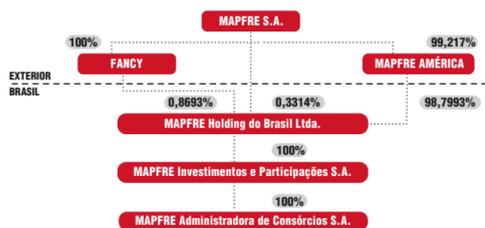
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Administradora de Consórcios S.A. (doravante denominada por "Administradora"), foi constituída em 17 de agosto de 2012 e autorizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 11 de outubro de 2012, tem como objetivo a administração de grupos de consórcios de bens móveis (veículos) e imóveis, iniciando suas atividades em 17 de dezembro de 2012. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas da Administradora e resumidas por meio das demonstrações combinadas (denominadas consolidadas) dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. As operações da Administradora serão conduzidas de forma integrada com as Companhias que integram o sistema MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, com sede em São Paulo, Brasil, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto.

Em 31 de dezembro de 2015, a estrutura do Grupo é a seguinte:



2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN específicas para empresas administradoras de consórcio e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns pronunciamentos contábeis e suas interpretações, foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos (homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08);
- CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa (homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08);
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas (homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09);
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações (homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11);
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11);
- CPC 24 - Evento Subsequente (homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11);
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09); e
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15).

Atualmente, não é possível estimar quando o Conselho Monetário Nacional irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e, se o impacto dos mesmos se dará de maneira retroativa ou prospectiva nas demonstrações financeiras. As Cartas Circulares nºs 3.147, 3.192 e 3.195 do Banco Central do Brasil, consolidam as diretrizes contábeis a serem utilizadas pelos grupos de consórcio, que incluem a preparação das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2016.

b) Comparabilidade

As demonstrações financeiras são apresentadas com informações comparativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 para o Balanço Patrimonial e Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcios, nas demais demonstrações as informações comparativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015, conforme disposições da Circular 2.381 de 18/11/1993 - BACEN.

c) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Administradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Da Administradora

a) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas e títulos e valores mobiliários, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Administradora para gestão de ativos compromissados de curto prazo.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços.

c) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular 3.068 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização registrado no resultado.

Os títulos disponíveis para venda são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização ou reclassificação.

Os títulos mantidos até o vencimento compreendem os títulos para os quais a Administradora tem intenção e a capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros e a atualização monetária menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado.

d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administradora avalia os ativos, a fim de verificar se seus valores contábeis são recuperáveis. De acordo com a Resolução BACEN nº 3.566 de 29 de maio de 2008, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável. O valor recuperável de cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de impostos estimados descontados à data presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos.

e) Imobilizado e intangível

• **Imobilizado** - pelo custo de aquisição, líquido das depreciações e amortizações acumuladas. As depreciações e amortizações são calculadas linearmente com base nas seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos - 10%, equipamento de informática - 20% e veículos - 20%. Os ativos intangíveis compreendem substancialmente projetos relacionados a desenvolvimento de sistemas. A amortização é reconhecida de forma linear no resultado pelo prazo de 20 anos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do Banco Central do Brasil e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestada a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado e registrado mensalmente.

g) Provisão para imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do semestre/exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros.

O imposto diferido é mensurado na aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis.

h) Apuração de resultado

A taxa de administração é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas devidas pelos participantes dos grupos de consórcio. As comissões sobre as vendas de quotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da comercialização das quotas.

O demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime contábil de competência e consideram, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de provável realização.

3.2. Dos grupos de consórcio

a) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações em cotas de fundos de investimento são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo para a data-base. Representam os recursos disponíveis, ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo.

b) Direitos com consorciados contemplados

Representam os valores a receber dos consorciados já contemplados, devidamente atualizados até a data do balanço. As cotas ajustadas e em atraso são registradas pelo seu valor histórico.

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Esta conta de compensação registra o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, correspondente ao fundo comum e ao fundo de reserva.

d) Contribuições devidas ao grupo

Esta conta de compensação registra a previsão de recebimento do fundo comum e do fundo de reserva até o término dos grupos, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens na data do balanço.

e) Valor dos bens a contemplar

Esta conta de compensação registra o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens na data do balanço.

f) Obrigações com consorciados

Registra as obrigações com os consorciados e possui a seguinte segregação quanto ao registro:

- Grupos em formação - são os valores recebidos antes da constituição formal do grupo, acrescidos de rendimentos financeiros.
- Contribuições de consorciados não contemplados - são os valores recebidos dos consorciados não contemplados para a aquisição de bens, a título de fundo comum, as quais são atualizadas pela valorização dos bens.

g) Valores a repassar

São os valores recebidos e ainda não repassados a terceiros pelo grupo, relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, multas rescisórias e outros recursos.

h) Obrigações por contemplações a entregar

São os valores relativos aos créditos a repassar aos consorciados pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das correspondentes remunerações das aplicações financeiras.

i) Recursos a devolver a consorciados

Registra os valores dos recursos coletados a serem devolvidos a consorciados ativos por excessos de tributação, por ocasião do rateio para encerramento do grupo e aos consorciados desistentes ou excluídos, e pelo valor relativo às respectivas contribuições ao fundo comum e de reserva, deduzido das multas aplicadas.

j) Recursos do grupo

Referem-se aos recursos recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos no grupo, multa rescisória retida, atualização de direitos perante consorciados contemplados, e atualização das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

k) Taxa de administração

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição, de acordo com o valor do bem atualizado na data do pagamento.

l) Grupos de consórcio

	2015		2014	
	Autos Nacionais	Autos Imóveis	Autos Nacionais	Autos Imóveis
Quantidade de grupos administrados	4	4	3	3
Quantidade de consorciados ativos	565	1.202	346	916
Quantidade de consorciados quitados	10	10	3	1
Quantidade de consorciados desligados	1.019	1.871	623	689
Quantidade de bens entregues no período	91	27	43	5
Quantidade de bens a entregar	52	85	15	43
Quantidade de assembleias a realizar	252	731	207	566

A inadimplência é calculada tendo como referência as cotas contempladas. Neste contexto, o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentou o valor de 13 cotas, totalizando 11,02% de inadimplência (6,97% em 2014).

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Administradora de forma geral está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

• Risco de crédito;

• Risco de liquidez;

• Risco de mercado; e

• Risco operacional.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Administradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio a medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

A Administradora conta com um sistema de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do Grupo MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo estruturado pela Área de Riscos e Compliance. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos.

São elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Administradora. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores.

Como forma de fortalecimento da Governança Corporativa, a Administradora conta com os seguintes comitês:

Comitê executivo: cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Administradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos.

Comitê de auditoria: órgão de assessoramento que tem entre outras atribuições, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controle interno, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e recomendar o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

Comitê de estratégia financeira: constituído com o objetivo de analisar e avaliar as questões ligadas a financeiras. É de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê de Auditoria: órgão de assessoramento que tem entre outras atribuições, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controle interno, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e recomendar o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

Comitê de risco de crédito: constituído com o objetivo de analisar e avaliar as questões ligadas a financeiras. É de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê de Auditoria: órgão de assessoramento que tem entre outras atribuições, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controle interno, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e recomendar o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

Comitê de risco de mercado: constituído com o objetivo de analisar e avaliar as questões ligadas a financeiras. É de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê de Auditoria: órgão de assessoramento que tem entre outras atribuições, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema

* continuação

MAPFRE Administradora de Consórcios S.A. - CNPJ nº 17.249.375/0001-92

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

• Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;

- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

Dentro desse cenário, a Administradora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Compliance para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas.

O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional em que a matriz de riscos corporativos, que é atualizada regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles, auditorias internas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Refere-se ao saldo em conta corrente no montante de R\$ 9 (R\$ 58 em 2014).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O valor de mercado das cotas de investimento financeiro foi apurado com base nos valores das cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimentos nos quais a Administradora aplica seus recursos. A Administradora mantém, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, aplicações em cotas de fundos exclusivos cuja carteira está assim composta:

Títulos	2015					2014	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	Acima de 60 dias	Valor contábil	Valor de mercado	Ganhos e perdas não realizados	Valor contábil
I. Títulos para negociação*	13.656	1.028	6.911	21.595	21.595	-	29.676
Fundos exclusivos							
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	560	6.911	7.471	7.471	-	8.570
Letras Financeiras (LF)	-	468	-	468	468	-	769
Operações compromissadas	11.627	-	-	11.627	11.627	-	15.355
Fundos externos	2.029	-	-	2.029	2.029	-	4.982
II. Títulos mantidos até o vencimento	-	-	3.828	3.828	3.312	(516)	6.410
Fundos exclusivos							
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	1.072	1.072	1.029	(43)	1.626
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	-	2.756	2.756	2.283	(473)	4.784
Total geral	13.656	1.028	10.739	25.423	24.907	(516)	36.086

(* Inclui o montante de R\$ 11.627 em operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

7. DIVERSOS

	2015	2014
Adiantamentos e antecipações salariais	171	138
Imposto de renda a compensar (nota 10f)	952	282
Créditos de devedores diversos	17	3
Total	1.140	423

8. OBRIGAÇÕES DIVERSAS

	2015	2014
Provisão de férias	229	157
Provisão rescisão contratual	172	144
Provisão previdência complementar	6	6
Outras provisões despesas de pessoal	109	111
Salários a pagar	403	408
Provisão PLR	203	202
Outras provisões administrativas	211	-
Subtotal	1.333	1.043
Provisão passivos contingentes cíveis	86	-
Provisão passivos contingentes trabalhistas	54	-
Subtotal	140	-
Fornecedores	465	108
Contas a pagar - Compartilhamento despesas administrativas (vide nota 11)	90	81
Subtotal	555	189
Total	2.028	1.232

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 52.000 representado por 127.363.234 ações ordinárias sem valor nominal. O aumento de capital, efetuado em dezembro de 2014, no valor de R\$ 30.000 representado por 91.517.080 novas ações ordinárias sem valor nominal, conforme Assembleia Geral Extraordinária de 4 de dezembro de 2014, foi aprovado pelo BACEN em 27 de janeiro de 2015 de acordo com o Ofício 1142/2015-BCB/Deorf/GTSP1.

b) Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

c) Dividendos

O Estatuto determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, depois de deduzida a reserva legal.

10. RESULTADO

a) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre 2015		Exercício 2015		Exercício 2014	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Receitas com títulos de renda fixa privado	1.917	3.911	1.384	3.911	1.384	3.911
Total	1.917	3.911	1.384	3.911	1.384	3.911

b) Despesas com pessoal

	2º Semestre 2015		Exercício 2015		Exercício 2014	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Benefícios	(222)	(403)	(230)	(403)	(230)	(403)
Encargos sociais	(66)	(150)	(127)	(150)	(127)	(150)
Proventos	(1.004)	(1.766)	(1.378)	(1.766)	(1.378)	(1.766)
Despesas compartilhadas (vide nota 11)	(536)	(972)	(612)	(972)	(612)	(972)
Previdência complementar	(3)	(5)	(3)	(5)	(3)	(5)
Previdência social	(216)	(397)	(296)	(397)	(296)	(397)
Treinamento	(7)	(2)	(2)	(7)	(2)	(7)
Total	(2.054)	(3.700)	(2.648)	(3.700)	(2.648)	(3.700)

DIRETORIA

WILSON TONETO	ELÍSEU JOÃO VICIANA	EDUARDO SOARES DE FREITAS	RENATO FERNANDES
Diretor Presidente	Diretor	Diretor	Diretor

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e aos Acionistas da

MAPFRE Administradora de Consórcios S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Administradora de Consórcios S.A. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em

c) Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2015		Exercício 2015		Exercício 2014	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Comunicação	(6)	(25)	(15)	(25)	(15)	(25)
Contribuição sindical patrimonial	(51)	(62)	(8)	(62)	(8)	(62)
Emolumentos judiciais e cartorários	(7)	(15)	(15)	(15)	(15)	(15)
Lanches e refeições	(2)	(5)	(3)	(5)	(3)	(5)
Juros e multas	(10)	(21)	(4)	(21)	(4)	(21)
Entidades de classe	(15)	(33)	(38)	(33)	(38)	(33)
Despesas compartilhadas (vide nota 11)	(31)	(168)	(497)	(168)	(497)	(168)
Representação social	(14)	(28)	(24)	(28)	(24)	(28)
Despesas bancárias	(3)	(8)	(3)	(8)	(3)	(8)
Despesas com materiais	-	(2)	(6)	(2)	(6)	(2)
Depreciação/Amortização	(67)	(136)	(102)	(136)	(102)	(136)
Processamento de dados	(161)	(709)	(393)	(709)	(393)	(709)
Promoções e relações públicas	(10)	(19)	(21)	(19)	(21)	(19)
Propaganda e publicidade	(26)	(159)	(63)	(159)	(63)	(159)
Publicações	(6)	(61)	(63)	(61)	(63)	(61)
Despesas com seguros	(2)	(2)	(3)	(2)	(3)	(2)
Sistema financeiro	(3)	(6)	(3)	(6)	(3)	(6)
Serviços de terceiros	(739)	(1.553)	(1.089)	(1.553)	(1.089)	(1.553)
Serviços técnicos especializados	(246)	(368)	(212)	(368)	(212)	(368)
Despesas com locomoção	(80)	(150)	(68)	(150)	(68)	(150)
Viagens	(59)	(136)	(19)	(136)	(19)	(136)
Total	(1.538)	(3.666)	(2.649)	(3.666)	(2.649)	(3.666)

f) Imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre de 2015		2015		2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
	(5.910)	(5.910)	(10.898)	(10.898)	(9.276)	(9.276)
	(1.478)	(532)	(2.725)	(981)	(2.319)	(835)
	60	22	34	12	52	18
	(1.418)	(510)	(2.691)	(969)	(2.267)	(817)
Total	(1.418)	(510)	(2.691)	(969)	(2.267)	(817)
Ajuste permanente	-	-	-	-	7	3
Constituição de crédito tributário	(85)	(31)	1	-	(52)	(18)
Prejuízo fiscal/base negativa - baixa	1.478	532	2.691	969	4.082	1.470
Total	(25)	(9)	1	-	1.770	638

Em decorrência da apuração de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social por três exercícios sociais nos últimos cinco exercícios, a Administração, em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059/2002 do Banco Central do Brasil, procedeu à reversão do crédito tributário constituído em exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2015 o montante de crédito tributário não reconhecido é de R\$ 3.705.

	Balanço patrimonial 2015	Resultado 2014	variação
Ativo			
Tributos retidos na fonte	938	282	656
ISS a compensar	14	-	14
Total circulante	952	282	670
Diferenças temporárias:			
Provisão para participação nos lucros	69	70	(1)
Total não circulante	69	70	(1)

Partes relacionadas

MAPFRE Brasil Participações S.A.
MAPFRE Capitalização S.A.
MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
MAPFRE Previdência S.A.
MAPFRE Seguradora de Crédito à Exportação S.A.
Vera Cruz Consultoria e Administração de Fundos Ltda.
CESVI Brasil Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda.

O resultado da diferença entre o total das despesas e receitas do quadro acima é igual ao somatório dos valores das seguintes despesas compartilhadas (notas 10 b, c e d): pessoal, outras despesas administrativas e despesas tributárias.

d) Seguros para grupos de consórcios

Foram adquiridos, pelos Grupos de Consórcio, seguros Prestamista e Quebra de Garantia, junto à MAPFRE Seguros Gerais S.A., a fim de mitigar riscos de crédito. Os valores pagos no exercício foram de R\$ 274, referentes ao seguro Prestamista e, R\$ 496 referentes ao seguro Quebra de Garantia.

e) Planos de previdência complementar

A Administradora proporciona plano de previdência complementar, da MAPFRE Previdência S.A., aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas no exercício totalizaram R\$ 5 (R\$ 3 em 2014).

f) Títulos de capitalização

Foram adquiridos títulos de capitalização, junto à MAPFRE Capitalização S.A., como estratégia comercial, onde, em promoções de vendas, as cotas de consórcio foram atreladas a sorteios. Os valores pagos no exercício foram de R\$ 11 (R\$ 4 em 2014).

d) Despesas tributárias

	2º Semestre 2015		Exercício 2015		Exercício 2014	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
ISS	(212)	(426)	(384)	(426)	(384)	(426)
COFINS	(325)	(648)	(583)	(648)	(583)	(648)
COFINS sobre receitas financeiras	(79)	(79)	-	(79)	-	(79)
PIS/PASEP	(70)	(141)	(127)	(141)	(127)	(141)
PIS/PASEP sobre receitas financeiras	(13)	(13)	-	(13)	-	(13)
Despesas compartilhadas (vide nota 11)	-	-	(4)	-	(4)	-
Despesas tributárias diversas	(10)	(29)	(11)	(29)	(11)	(29)
Total	(709)	(1.336)	(1.109)	(1.336)	(1.109)	(1.336)

e) Outras despesas operacionais

	2º Semestre 2015		Exercício 2015		Exercício 2014	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Despesas bancárias	(14)	(19)	(25)	(19)	(25)	(19)
Comissões sobre vendas cotas	(5.475)	(10.515)	(9.920)	(10.515)	(9.920)	(10.515)
Assessoria em consórcio	(2.035)	(3.619)	(1.915)	(3.619)	(1.915)	(3.619)
Título de capitalização (vide nota 11f)	(4)	(11)	(4)	(11)	(4)	(11)
Campanhas de incentivo de vendas	(65)	(102)	(33)	(102)	(33)	(102)
Assessoria e consultoria - crédito	(138)	(231)	(26)	(231)	(26)	(231)
Laudos avaliação de imóveis	(11)	(16)	(9)	(16)	(9)	(16)
Vistorias bens móveis	-	(2)	(2)	-	(2)	-
Provisão passivos trabalhistas (vide nota 12)	(54)	(54)	-	(54)	-	(54)
Provisão passivos cíveis (vide nota 12)	(11)	(86)	-	(86)	-	(86)
Condenações em processos cíveis	(14)	(16)	-	(16)	-	(16)
Total	(7.821)	(14.671)	(11.934)	(14.671)	(11.934)	(14.671)

11. PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750/2009, do Conselho Monetário Nacional.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

É estabelecida anualmente por meio da Assembleia Geral Ordinária o montante global anual da remuneração dos Administradores. O valor pago no exercício foi de R\$ 353 (R\$ 453 em 2014).

Não são efetuados pela Administradora empréstimos ou adiantamentos a membros da Diretoria e a seus familiares.

b) Participação acionária

Os membros da Diretoria da Administradora não possuem individualmente ou em conjunto participação acionária na Administradora em 31 de dezembro de 2015.

c) Compartilhamento de despesas

Os saldos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 no ativo, passivo, despesas e receitas incorridas estão resumidos no quadro abaixo:

	2015			2014		
	Ativos	Passivos	Despesas	Ativos	Passivos	Despesas
	-	-	(92)	-	-	(64)
	-	(15)	(354)	62	(36)	(291)
	-	-	(25)	-	-	